



DOI: 10.18605/2175-7275/cereus.v8n2p63-82.

EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ASSENTAMENTO RURAL VALE VERDE

CARVELLI, Cláudia da Luz¹
SANTOS, Moacir José dos²

RESUMO

O presente estudo teve como propósito analisar os programas de criação de infraestrutura INCRA implementados no Projeto de Assentamento (PA) Vale Verde, situado no município de Gurupi localizado na região sul do estado do Tocantins, com vistas à verificação da efetivação das políticas públicas desse Assentamento. Com o foco no alcance dos objetivos, utilizou-se do método de pesquisa descritiva. A coleta de dados foi subsidiada por documentos divulgados por agências governamentais de pesquisa, dos relatórios dos programas implementados e os relatórios técnicos de pesquisa realizadas por docentes e discentes do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UnirG. Ao final, obtiveram-se resultados os quais indicam que, embora as famílias assentadas tenham

¹ Professora Universitária no Centro Universitário Unirg; Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional. Contato: claudiacarvelli@hotmail.com;

² Professor da Universidade de Taubaté; Pós-Doutor em História do Brasil República. Contato: santos.mj@ig.com.br.

alcançado renda entre dois a cinco salários mínimos, muito há a ser construído em nova etapa para a satisfação das necessidades dos assentados.

Palavras-chave: Conflito Agrário. Políticas Públicas. Desenvolvimento.

EFFECTIVE PUBLIC POLICY ON GREEN VALLEY RURAL SETTLEMENT

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the creation of infrastructure programs implemented in INCRA Settlement Project (PA) Green Valley, located in the municipality of Gurupi located in the southern region of the state of Tocantins, in order to verify the effectiveness of public policies of this Settlement . With the focus on achieving the goals, we used the descriptive research method. Data collection was supported by documents released by government research agencies, the reports of the programs implemented and the technical report of research conducted by faculty and students from the University Center Accounting UnirG. At the end, we obtained results which indicate that although the settled families have achieved income from two to five times the minimum wage, there is much to be built in new step to meet the needs of the settlers.

Key Words: Agrarian Conflict. Public Policy. Development.

1. INTRODUÇÃO

A desigualdade espacial de renda e de crescimento tem acompanhado a evolução histórica do Brasil, onde os ciclos de exportação de produtos primários que tanto marcaram a economia brasileira beneficiaram diferentes regiões em épocas distintas. Nos séculos XVI e XVII, com ciclo do açúcar, beneficiou o Nordeste; séculos XVII e XVIII, o ciclo de exportação de ouro, mudou o dinamismo da economia para a área atual de Minas Gerais e para as regiões que o Sudeste do Brasil; a exportação do café no século XIX favoreceu as terras da circunvizinhança do Rio de Janeiro e depois Estado de São Paulo; No século XX, tais mudanças históricas cessaram em certas regiões. O Sudeste que já era a região exportadora dinâmica do país, no processo de industrialização tornou-se também o centro de produção industrial (ROMÃO, 2000).

O desenvolvimento industrial e o processo de urbanização ocasionados nos últimos trinta anos não conseguiram afetar de maneira perceptível as condições de vida da grande massa da população brasileira

que vive nas zonas rurais, marcada por latifúndio com a abundância de terras. A fase de industrialização foi também uma fase de crise da grande economia agrícola de exportação, pois a população rural continuou crescendo, ao mesmo tempo em que o setor de exportação se mantinha praticamente estacionário. Dessa forma, não se pode falar propriamente de um “desenvolvimento” agrícola, para o conjunto do país e sim, e tão somente, de um crescimento em extensão da agricultura, sem apreciável aumento de produtividade (FURTADO, 2009).

Concernente aos processos de apropriação do território e expansão do latifúndio, a violência do senhor de terras contra posseiros e pequenos lavradores era a forma corriqueira de encerramento da questão, culminando com a grilagem fraudulenta ou o convencimento da venda de suas terras, e sua expulsão para confins cada vez mais distantes. O histórico de dominação que marca a formação da sociedade brasileira inclui a ocorrência de conflitos e de lutas de resistência desde os seus primórdios. (ANDRADE, 2008).

A frente de lutas sociais no campo destaca três frentes: os assalariados, os posseiros e os sem-terra, com diferentes motivações, fundamentos e estratégias. Os assalariados pretendem a concretização de direitos trabalhistas, existentes no papel, mas descumpridos pela maior parte dos fazendeiros, onde a greve é seu principal instrumento de luta. Os posseiros, ocupantes de terra sem título legal, pretendem sua regularização e manutenção na terra ocupada. Os sem-terra são classificados em dois grupos: o primeiro compõe-se dos atingidos por barragens que, desalojados de suas terras, lutam pela compensação devida pelo dano sofrido e por último, composto por lavradores sem terra própria: meeiros, parceiros, pequenos arrendatários, filhos de pequenos proprietários, sua luta centra-se no questionamento do latifúndio, do uso da terra, do cumprimento de sua função social (ANDRADE, 2008).

Cresceram as ocupações de terras ao longo de 1980, consolidando-se com a organização do Movimento Sem-Terra (MST) sendo importante motor das desapropriações (MEDEIROS, 2010). Oliveira (2001)

afirma que foi por meio destes movimentos, que, nos anos de 1980, intensificaram-se os movimentos pela Reforma Agrária no Brasil.

Diante dessa exposição, este trabalho pretende contribuir para o estudo do desenvolvimento regional, a partir do estudo de como as políticas públicas brasileiras, direcionadas para os projetos de assentamentos rurais, contribuem para o desenvolvimento PA Vale Verde, situado no município de Gurupi - TO. Objetiva-se de maneira mais específica, descrever as políticas públicas voltadas para os assentamentos rurais; identificar o perfil socioeconômico do Assentamento Rural Vale Verde; observar quais programas do INCRA são desenvolvidos no Assentamento Rural Vale Verde e finalmente, realizar uma análise comparativa das políticas públicas propostas e as efetivadas no Assentamento Rural Vale Verde, com relação as liberdades instrumentais preconizadas por Amartya Sen.

Para tanto, a referida pesquisa foi realizada no Estado do Tocantins, este criado em 05 de outubro de 1988 pela Assembleia Nacional Constituinte, expresso no Artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da

República Federativa do Brasil SEPLAN (Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública,

2011). Esse Estado compõe a Região Norte com os demais: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Considerando a natureza e objetivo deste trabalho, utilizou-se nesta pesquisa, o método, que é o caminho ou a maneira para chegar a determinado fim ou objetivo. Buscou-se conhecer a realidade de uma comunidade, sobre a qual Gil (2011, p.26) define “pesquisa social como o processo que utilizando a metodologia científica, permite obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social.” Para Richardson (1999, p. 70), “método em pesquisa significa a escolha de procedimentos

sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos.” Assim, adotou-se a pesquisa descritiva, a abordagem qualitativa ao tornar possível descrever, registrar, analisar, correlacionar o ambiente da vida real, considerando a capacidade da pesquisadora em interpretar a realidade analisada, com isenção e lógica, referendando-se em teorias existentes, caracterizando-se assim como uma pesquisa bibliográfica e documental

2.1 SUJEITOS E LOCAL DE PESQUISA

Quanto ao delineamento, a pesquisa utilizou-se dos relatórios técnicos de quatro pesquisas realizadas por docentes e discentes do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UnirG, sendo eles:

- *Pluriatividade Rural: uma análise das atividades desenvolvidas pelos agricultores do assentamento Vale Verde (APAVALE) localizado próximo de Gurupi-TO*, realizada no

ano de 2010, através de um questionário com 33 perguntas abertas e fechadas, em que 52 famílias foram entrevistadas.

- *Contabilidade como ferramenta gerencial em pequenas propriedades rurais: projeto de assentamento Vale Verde em Gurupi – Tocantins*, realizada no ano de 2011, através de questionário composto por 17 questões abertas e fechadas;

- *Contribuições do Programa "Compra Direta" da CONAB nas famílias do assentamento Vale Verde de Gurupi-TO, em relação ao empreendimento solidário, realizada no ano de 2011, contendo 24 questões fechadas;*

- *A análise econômica do PA Vale Verde em Gurupi com relação à aplicação do fomento PRONAF,*

realizada no ano de 2011, através de um questionário contendo 24 questões fechadas.

Utilizou-se também os relatórios-arquivos do INCRA, referentes ao assentamento, visando levantamento de dados dos assentados como: idade, localização, renda, família, recursos, distribuição e avaliação dos recursos.

3. DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada com base nos dados fornecidos pelos arquivos-relatórios do INCRA e dos relatórios técnicos do Centro Universitário UnirG. Inicialmente, buscaram-se junto a Unidade do INCRA em Gurupi, dados relacionados ao assentamento Vale Verde, como: idade, localização, renda, família, recursos, distribuição e avaliação dos recursos e as políticas públicas efetivadas.

Depois, se identificou as pesquisas realizadas no assentamento pelo Curso de Ciências Contábeis, por meio dos docentes e discentes do Centro Universitário UnirG, no qual tornou-se possível identificar o perfil socioeconômico do assentado através

da pesquisa intitulada *Contabilidade como ferramenta gerencial em pequenas propriedades rurais: projeto de assentamento Vale Verde em Gurupi-Tocantins*, pelas pesquisadoras Carvelli e Almeida, realizada no ano de 2011. O levantamento das pesquisadoras apresenta que: o chefe da família assentada se encontra na faixa etária entre 41 e 50 anos; possui em média de 1 a 3 filhos com idade entre 20 e 30 anos; a família tem um tempo de atuação no meio rural de 5 a 10 anos, com posse de sua parcela no assentamento desde sua criação, desenvolvendo atividade agrícola na maior parte do tempo e com uma renda familiar de 15 salários mínimos anuais.

Por meio das pesquisas: *Contabilidade como ferramenta gerencial em pequenas propriedades rurais: projeto de assentamento Vale Verde em Gurupi-Tocantins; Pluriatividade Rural: uma análise das atividades desempenhadas pelos agricultores do assentamento Vale Verde (APAVALE) localizado próximo de Gurupi-TO.; Contribuições do Programa "Compra Direta" da CONAB nas famílias do assentamento Vale Verde de Gurupi-TO, em relação ao empreendimento solidário e A análise econômica do PA Vale Verde em Gurupi com relação à aplicação do fomento PRONAF*, realizadas pelos pesquisadores: Carvelli, Almeida, Ribeiro, Melo, Ricci, Milhomem e Alencar e do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento Vale Verde, identificou-se algumas necessidades encontradas no assentamento quando da sua criação, o que tornou possível após levantamento comparativo das pesquisas sobre a evolução das mesmas, como por exemplo: demarcação do lote; energia elétrica, saúde, saneamento básico, educação transporte e atividade econômica, em que foi possível constatar que muitas das necessidades foram atendidas por

parte da efetivação das políticas públicas.

Posteriormente, por meio de dados disponibilizados no portal do INCRA, identificaram-se os programas disponibilizados para promover o desenvolvimento dos assentamentos rurais, constatando-se que os programas: Luz para Todos, Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária, Crédito Instalação, Infraestrutura e Apoio Científico e Tecnológico aos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária são os que já foram efetivados no Assentamento Vale Verde e que por conta do tempo de criação os programas: Terra Sol, PRONERA e Consolidação e Emancipação de Assentamento Resultantes da Reforma Agrária, não se realizaram.

O **Quadro 1** apresenta os programas de políticas públicas de desenvolvimento sustentável elaborados pelo INCRA, voltados para os Assentamentos Rurais, observados no assentamento Vale Verde.

Quadro 1: Programas Desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Assentamento Vale Verde.

Programa	Aplicação		
1. Programa Luz para Todos	O programa iniciou em 2003, mesmo ano da criação do assentamento, beneficiando as famílias instaladas.		
2. Programas de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES)	O assentamento conta com a parceria com Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (RURALTINS)		
3. Crédito Instalação: Visa assegurar aos assentados os meios necessários para a instalação e desenvolvimento inicial e ou recuperação dos projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária.	Alimentação	Fomento	Habitação
	101 pessoas	101 pessoas	101 pessoas
	R\$ 50.500,00	R\$ 101.000,00	R\$ 505.000,00
4. Infraestrutura: estrutura básica rural necessária em seus assentamentos.	Implantação da eletrificação rural, ausência dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.		
5. Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamento Resultantes da Reforma Agrária	O assentamento Vale Verde não foi contemplado por este programa uma vez que o mesmo ainda não é independente.		
6. Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária	O assentamento conta com a parceria com Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (RURALTINS)		
7. Terra Sol: ação de fomento à agregação de valor à produção	O assentamento não foi contemplado por este programa, pois o mesmo não é independente.		
8. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)	Este programa não foi implementado no Assentamento Vale Verde.		

3.1 PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DO ASSENTADO

A **Tabela 1** demonstra o perfil socioeconômico do Assentamento Vale Verde no ano de 2011:

Tabela 1: Dados sociais e econômicos do Assentamento Vale Verde.

Quesito	Percentual
Estado Civil	88% casados e 12% solteiros.
Idade	86% (41 a 50 anos) e 14% (20 e 30 anos).
Escolaridade	34% de ensino fundamental, 26% não concluíram o ensino fundamental, 2% ensino superior e 16% analfabetos.
Quantidade de filhos	50% possui de 1 a 3 filhos, 25% de 4 a 7 filhos, 15% de mais 10 filhos e 10% não possuem filhos.
Idade dos filhos	40% de 20 a 30 anos, 38% de 31 a 40 anos e 22% de menores de 20 anos.
Escolaridade dos filhos	44% ensino fundamental completo, 26% não concluíram o ensino fundamental, 22% ensino médio completo e 8% não alfabetizados.
Tempo de atuação no meio rural	84% entre 5 a 10 anos e 16% com mais de 20 anos.
Modo de aquisição do lote de terra	90% desde a criação do assentamento e 10% compra.
Proprietário do lote de reside	98% no assentamento e 2% na cidade.

Fonte: Carvelli e Almeida (2011).

Em 2003, o assentamento Vale Verde possuía um percentual de 20% (por cento) de pessoas na faixa etária entre 41 a 50 anos (INCRA, 2004). Em 2011, esse percentual passou para 86% (por cento), reduzindo o percentual de pessoas da faixa etária entre 20 a 30 anos, de 19% para 14% (CARVELLI *et al*, 2011).

No quesito educação, a população assentada era formada por 13,4% de pessoas que tinham concluído o segundo grau; 20% de pessoas que concluíram o primeiro grau; 60% de pessoas que não tinham completado o primeiro grau e 6% de analfabetos (INCRA, 2004). Em 2011, 34% da população possui ensino fundamental completo; 26% não concluíram o ensino fundamental; 2% concluíram o ensino superior e 16% de analfabetos (CARVELLI; ALMEIDA, 2011).

Quanto à saúde, em 2003, o assentamento contava com um agente comunitário que atendia mensalmente às famílias, visto que o mesmo residia em Gurupi. Nos casos de urgência, os assentados deslocavam-se até o Hospital Regional de Gurupi (INCRA, 2004). Atualmente 54% dos atendimentos acontecem no posto de saúde e 46% destes, é feito por agente

de saúde (CARVELLI; RIBEIRO, 2011).

A água que era consumida pelas famílias instaladas, quando assentadas era proveniente de 53,3% de cacimba; 33,3%, de poço e 13,3% de rio e córrego (INCRA, 2004). Hoje, 100% da população se utilizam de cisterna (CARVELLI; RIBEIRO, 2011).

No que tange à destinação do lixo, 60% das famílias queimavam o lixo; 6,6% enterravam e 33,3% jogavam o lixo ao céu aberto (INCRA, 2004). Em 2011, 100% das famílias enterram ou queimam o lixo. Quanto às instalações sanitárias, 46% das famílias se utilizam de banheiro; 26% de água encanada e 4% de privada (CARVELLI; RIBEIRO, 2011).

No tocante à moradia, no ano de 2003, 13,13% das famílias residiam em barracos de lona; 53,3% em casas de pau a pique e telha; 6,6% em casas de pau a pique e palha e 26,6% de casas de palha e lona (INCRA, 2004). Atualmente, 48% (por cento) das famílias residem em casas de tijolos com reboco; 27% em casa de tijolos e 25% em casas de tijolos com reboco e piso. Das moradias, 75% delas possuem de 3 a 5 cômodos; 10% de 5 a 7 cômodos e 15% acima de 7 cômodos. Dessas, 100% possuem

energia elétrica (CARVELLI; RIBEIRO, 2011).

3.2 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO ASSENTAMENTO VALE VERDE

O INCRA (2004) por meio do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) idealizou desde a criação do assentamento, e estabeleceu

- ✓ Demarcação das parcelas;
- ✓ Implantação da energia elétrica;
- ✓ Construção e conservação das estradas;
- ✓ Posto de saúde para atender a comunidade com serviços de primeiros socorros;
- ✓ Telefone público para facilitar a comunicação;
- ✓ Residências com saneamento básico;
- ✓ Escolas de boa qualidade e que atendam toda a comunidade;

As pesquisas realizadas nos anos de 2010 e 2011, no assentamento Vale Verde por professores e acadêmicos do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UnirG, foi possível constatar que muitas das carências apontadas pelo

um prazo de cinco anos, para sanar algumas carências existentes na comunidade, tais como as elencadas a seguir:

- ✓ Posto policial;
- ✓ Natureza preservada;
- ✓ Infraestrutura física adequada para o processamento da farinha de mandioca;
- ✓ Poços artesianos para abastecimento da comunidade;
- ✓ Transporte coletivo constante;
- ✓ Agricultura forte e criação de pequenos animais;
- ✓ Comércio diversificado para suprir as necessidades dos assentados;
- ✓ Cooperativa organizada trabalhando em função da comunidade.

Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), quando de sua criação, foram sanadas. No **Quadro 2** é possível visualizar que as políticas públicas implantadas, grande parte já foram das carências já foram sanadas.

Quadro 2: Saneamento das Carências no Assentamento Vale Verde, apontadas pelo PDA.

CARÊNCIA	CARÊNCIAS SANADAS
Lote	- Os assentados adquiriram seu lote, 90% desde a criação do assentamento e 10% compra (CARVELLI; ALMEIDA, 2011); - 92% dos assentados são proprietários e 8%, ocupante (MILHOMEM; ALENCAR, 2010);
Energia elétrica	Condições de moradia: tipos de energia: 100% energia elétrica (CARVELLI; RIBEIRO, 2011);
Posto de Saúde	Acesso aos serviços de saúde: 54%, atendimento no posto de saúde; 46% por atendimento por agente de saúde (CARVELLI; RIBEIRO, 2011);
Saneamento Básico	Condições sanitárias- água para consumo geral: 100% água de cisterna; destinação do lixo: 100% parte do lixo é enterrada ou queimada; instalações sanitárias: 46% banheiro; 26% fossa; 24% água encanada e 4% privada (CARVELLI; RIBEIRO, 2011);
Educação	- Escolaridade dos filhos: 44% ensino fundamental completo, 26% não concluíram o ensino fundamental, 22% ensino médio completo e 8% não alfabetizados (CARVELLI; ALMEIDA, 2011); - Acesso à educação: 38%, acesso ao ensino fundamental; 35% não têm acesso; 27% acesso ao ensino médio (CARVELLI; RIBEIRO, 2011);
Transporte	Transporte utilizado do assentamento à cidade: 54% moto; 24% carro; 19% de transporte coletivo; 3% de bicicleta (CARVELLI; RIBEIRO, 2011);
Economia	- Atividades desenvolvidas: 50% cultivo de milho; 2% proprietário de mercearia; 4% proprietário de bar; 32% cultivo de arroz; 22% criação de suínos; 100% criação de galinhas; 20% criação de bovinos; 20% cultivo de banana; 100% cultivo de mandioca (CARVELLI; ALMEIDA, 2011); - atividade agrícola desenvolvida: 78% grãos; 14% hortaliças; 5% outro e 3% nenhuma; atividade pecuária desenvolvida: 46% aves; 32% bovinos; 20% suínos; 1% não respondeu (CARVELLI; RIBEIRO 2011); - Atividades agropecuárias praticadas por membros da família: 34%, criação de aves; 31%, produção de grãos; 20%, bovinocultura e 12%, ovinocaprinocultura (MILHOMEM; ALENCAR, 2011); - participantes do Programa Compra Direta: os assentados 58% de Gurupi-TO e 42% outra localidade (MELO; RICCI, 2011).

Fonte: Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA, INCRA, 2004); Relatórios Técnicos das pesquisas efetuadas pelo Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UnirG (CARVELLI; ALMEIDA; RIBEIRO; MELO; RICCI; MILHOMEM; ALENCAR, 2010; 2011).

Para avaliar o desenvolvimento sustentável do Assentamento Vale Verde, se faz necessário buscar as etapas citadas pelos autores Monte e Pereira (2009) visto que os mesmos afirmam que o objetivo final da reforma agrária é tornar o beneficiário independente e capaz de continuar desenvolvendo sua atividade, tornando-o sujeito do desenvolvimento sustentável rural. Eis as etapas que promovem esse objetivo:

- a. Elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA);
- b. Concessão de crédito;
- c. Implantação completa da infraestrutura;
- d. Financiamento e auxílio técnico;
- e. Consolidação do Projeto de Assentamento.

Na *primeira* etapa para se alcançar o desenvolvimento

sustentável do assentamento, de acordo com Monte e Pereira (2009), é indispensável à elaboração de um Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), em que esteja descrito um modelo de gestão voltado para agricultura familiar coletiva.

O PDA Vale Verde foi elaborado INCRA, Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (RURALTINS) e a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Vale Verde (APAVALE). No mesmo, consta: a metodologia utilizada para elaboração do plano; identificação do projeto de assentamento; cenário socioeconômico e ambiental da região de influência; diagnóstico da área do projeto do assentamento e programação do desenvolvimento sustentável. Este foi elaborado no ano de 2004.

Na *etapa seguinte*, concessão de créditos, representa o auxílio financeiro para a construção das residências e da estrutura básica de sobrevivência, com a finalidade de proporcionar a complementação do crédito às famílias assentadas (MONTE; PEREIRA, 2009). De acordo com a Relação de Assentados que receberam créditos no Projeto de Assentamento (PA), os créditos

distribuídos entre alimentação, fomento e habitação, no período de 2003 a 2004, constatou-se um montante total de R\$ 656.500,00 (Seiscentos e cinquenta e seis mil e quinhentos reais), dos quais, para o crédito de apoio alimentação, cada família recebeu o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), totalizando um valor de R\$ 50.500,00 (cinquenta mil e quinhentos reais). Para o crédito de apoio fomento, o montante distribuído foi de R\$ 1.000,00 (mil reais) por família, totalizando o valor de R\$ 101.000,00 (cento e um mil reais); o crédito de apoio habitação foi de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por família, totalizando um valor de R\$ 505.000,00 (quinhentos e cinco mil reais).

Na implantação completa da infraestrutura, *terceira etapa*, os Projetos de Assentamentos (PAs) devem se organizar na busca de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico, sistema de captação e distribuição de água (MONTE; PEREIRA, 2009). Identificou-se por meio das pesquisas realizadas no Assentamento Vale Verde, que o acesso para o mesmo é através das vias vicinais; são contemplados com a rede elétrica. Contudo, ainda não possuindo um

tratamento adequado com a captação e distribuição de água, pois as famílias assentadas utilizam-se da cisterna para captação da água.

A *quarta etapa* objetiva o incremento de renda dos projetos de assentamentos rurais, por meio de atividades econômicas sustentáveis, valorizando as características

regionais, experiências e potencialidades locais (MONTE; PEREIRA, 2009). A **Figura 1** expõe as limitações e potencialidades do Assentamento, identificadas quando realizado o diagnóstico para elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento Vale Verde (INCRA, 2004).

Figura 1: As limitações e potencialidades do Assentamento Vale Verde descritos no Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA).

LIMITAÇÕES

- ✓ No que se refere à saúde, deve-se a ausência de médicos, enfermeiros e serviços ambulatoriais;
- ✓ A falta de estradas principais dificulta a comunicação;
- ✓ O transporte escolar e coletivo;
- ✓ A baixa frequência da assistência técnica dificulta a criação de pequenos e médios animais (abelha, peixes, ovinos, caprinos, suínos e aves); cultivo de olerícolas, frutas e cultura anuais de subsistência;
- ✓ Conhecimento sobre legislação ambiental;
- ✓ A não implantação de rede trifásica de energia elétrica contribui para a ausência de agroindústria;
- ✓ A falta de demarcação das parcelas, da área comunitária e da reserva legal, assim como o acesso à água para todas as famílias impedem que certas atividades sejam desenvolvidas;
- ✓ Na educação, com falta de prédio escolar e professores fazem com que os alunos se desloquem para a cidade;
- ✓ A falta de residências;
- ✓ Implantação de sistema de saneamento básico;
- ✓ Falta de centro comunitário e de quadra poliesportiva.

POTENCIALIDADES

- ✓ Possui potencial para culturas anuais, visto que dispõe de terras férteis;
- ✓ Disponibilidade de água no subsolo;
- ✓ Vegetação natural com predominância de matas virgens;
- ✓ Proximidade do assentamento com a cidade e mercado consumidor;
- ✓ Associativismo desenvolvido no assentamento;
- ✓ Presença do agente de saúde que atende toda a comunidade;
- ✓ Religiosidade dos assentados;

Fonte: INCRA, 2004.

Em análise da figura 1, observa-se que as limitações do assentamento

são maiores que suas potencialidades. Entretanto de acordo com os relatórios

técnicos das pesquisas realizadas no assentamento, muitas das limitações já foram superadas. Por exemplo:

- **Acesso aos serviços de saúde:** 54%, atendimento no posto de saúde; 46% por atendimento por agente de saúde;

- **Transporte utilizado ao assentamento à cidade:** 54% moto; 24% carro; 19% de transporte coletivo; 3% de bicicleta;

- **Atividades desenvolvidas:** 50% cultivo de milho; 2% proprietário de mercearia; 4% proprietário de bar; 32% cultivo de arroz; 22% criação de suínos; 100% criação de galinhas; 20% criação de bovinos; 20% cultivo de banana; 100% cultivo de mandioca; atividade pecuária desenvolvida: 46% aves; 32% bovinos; 20% suínos; 1% não respondeu; Pluriatividade por membros da família: 50%, assalariado no meio urbano; 17%, outras (frentista, prestador de serviço); 9%, pequena e média indústria rural; 8%, construção civil; 8%, costureira;

- **Nível de renda dos participantes do Programa Compra Direta:** 50% 3 a 5 salários mínimos e 50% 1 a 2 salários mínimos;

- **Condições de moradia, tipo de construção de domicílio:** 48% casa de tijolos com reboco; 27% casa de tijolos; 25% casa de tijolos, reboco e piso;

- **Condições de moradia, tipos de energia:** 100% energia elétrica; água para consumo geral: 100% água de cisterna; destinação do lixo: 100% parte do lixo é enterrada ou queimada; instalações sanitárias: 46% banheiro; 26% fossa; 24% água encanada e 4% privada.

Na *última etapa*, finaliza a consolidação do Projeto de Assentamento com a entrega da titulação, concessão e destinação de imóveis rurais, com a finalidade de transferir, em definitivo, aos assentados, o domínio das terras destinadas a projetos de assentamentos e regularização fundiária (MONTE; PEREIRA, 2009). Conforme prevê a Constituição Federal de 1988, no art. 189, “os

beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela Reforma Agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos”. Portanto, as famílias instaladas no Assentamento Vale Verde ainda não poderão ter domínio das terras, pois o mesmo foi criado no ano de 2003; está, portanto ainda no prazo previsto de dependência.

Buscou-se saber junto aos assentados qual a sua renda familiar, e de acordo com os relatórios técnicos (2011), obtiveram-se as seguintes respostas:

- O programa Compra Certa da CONAB possibilita uma renda por trabalhador de: 06 entrevistados, responderam que recebem menos de 1 salário mínimo; 08 entrevistados, responderam receber que cerca de 1 salário mínimo e 07

entrevistados, responderam receber que cerca de 2 salários mínimos mensais (MELO; RICCI, 2011);

- Renda familiar: 10% dos entrevistados têm uma renda familiar de um salário mínimo; 28% tem um renda familiar de 2 a 5 salários mínimos; 20% tem uma renda familiar de 6 a 10 salários mínimos; 18% tem uma renda familiar de 11 a 15 salários mínimos e 24% tem uma renda familiar de mais de 15 salários anual (CARVELLI; ALMEIDA, 2011);

Renda média mensal das famílias: 77% menos de 2 salário mínimos; 16% entre 2 a 4 salários mínimos; 2% mais de 4 salários mínimos e 5% não responderam (CARVELLI; RIBEIRO, 2011).

3.3 ANÁLISE COMPARATIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EFETIVADAS NO ASSENTAMENTO COM AS LIBERDADES INSTRUMENTAIS PRECONIZADAS POR AMARTYA SEN

Desde a criação do PA Vale Verde foram implementado 5 programas pelo INCRA: Luz para Todos, Assessoria Técnica e Ambiental à Reforma Agrária, Crédito Instalação, Infraestrutura e Apoio

Científico e Tecnológico aos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária (INCRA, 2011).

O INCRA acredita que por meio desses programas os assentamentos rurais irão alcançar o desenvolvimento

sustentável, a viabilidade econômica, a justiça social, a recuperação e consolidação dos projetos da reforma agrária (INCRA, 2011).

O **Quadro 3** representa os programas efetivados no Assentamento Rural Vale Verde, e as liberdades instrumentais preconizadas por Amartya Sen.

Quadro 3: As Políticas Públicas efetivadas no assentamento e as Liberdades Instrumentais preconizadas por Amartya Sen.

PROGRAMAS EFETIVADOS PELO INCRA	LIBERDADES INSTRUMENTAIS
Luz para Todos	Oportunidades sociais
Assessoria Técnica e Ambiental à Reforma Agrária	Oportunidades sociais
Crédito Instalação	Facilidades econômicas
Infraestrutura	Facilidades econômicas
Apoio Científico e Tecnológico aos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária	Facilidades econômicas

Fonte: INCRA (2011); Sen (2000).

Consoante à abordagem de Sen (2000), os programas oferecidos no PA Vale Verde conduzem para a perspectiva do desenvolvimento concebido como um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas gozam, em que o alargamento da liberdade é simultaneamente o fim primeiro e o principal meio de desenvolvimento. De maneira mais contundente, esclarece ainda que para a expansão da liberdade humana e conseqüentemente para a promoção do desenvolvimento, requer o conhecimento sobre diferentes tipos de liberdade instrumentais visto que elas se apresentam inter ligadas e contribuem para a promoção de outros tipos.

Relacionando o autor, com os programas supracitados e apresentados pelo INCRA aos assentados observa-se que as famílias daquele assentamento poderão alcançar o que é traçado, desde que tenham desenvolvido as liberdades instrumentais defendidas e relacionadas por Sen (2000), que são: a liberdade política; as facilidades econômicas; as oportunidades sociais; as garantias de transparência e finalmente a segurança social, visto que essas liberdades favorecem a capacidade do indivíduo, além do mais as mesmas se complementam, estão indissociáveis. Contudo, os programas do INCRA contemplam apenas duas das liberdades instrumentais que são: oportunidades sociais e facilidades

econômicas, o que implica na necessidade de se pensar no assentado como ser dotado de direitos e deveres.

À luz das considerações do autor, convém discorrer sobre a necessidade de o Estado dedicar atenção especial ao público alvo que usufruirão de programas sociais, já que o que se propõe é a melhoria na qualidade de vida, elevando a economia e conseqüentemente o desenvolvimento. Assim, requer acompanhamento mais intenso na execução dos projetos, no intuito de alcançar a eficácia, bem como disponibilizar meios de informação e formação para que a população beneficiada possa adquirir o real conhecimento das propostas projetadas, dos direitos e obrigações, visto que estes, somente poderão contribuir satisfatoriamente, do que lhes é requisitado se tiverem as informações do que é esperado, do

4. CONCLUSÃO

Concernente aos objetivos propostos na pesquisa, ao buscar verificar a efetivação das políticas públicas voltadas para os assentamentos rurais, constatou existir

que deve ser feito bem como dos direitos adquiridos.

A atuação da população beneficiada pelos programas sociais e ou projetos governamentais é indispensável para o desenvolvimento e pela prosperidade econômica. Corroborando e até citando Amartya Sen (2000), Becker; Wittman (2008), a prosperidade econômica não leva, necessariamente, ao enriquecimento da vida, contudo o desenvolvimento deve ser definido em relação ao que as pessoas podem e devem ser e fazer efetivamente.

O conceito de desenvolvimento compreende a idéia de crescimento, superando-a, o desenvolvimento passa a ser tratado a partir de critérios, como: a eficiência produtiva, a satisfação das necessidades humanas e o atendimento dos objetivos da sociedade, o que implica uma boa administração dos escassos recursos (BECKER; WITTMAN, 2008).

8 programas disponibilizados aos assentamentos rurais, a saber: Luz para Todos, Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária, Crédito Instalação, Infraestrutura e

Apoio Científico e Tecnológico aos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária. Por meio dos relatórios-técnicos do Centro Universitário UnirG, tornou-se possível identificar o perfil socioeconômico do Assentamento Rural Vale Verde; observou-se que dos 8 programas do INCRA que são desenvolvidos, apenas 3 ainda não foram implementados no Assentamento Rural Vale Verde: Terra Sol, PRONERA e Consolidação e Emancipação de Assentamento Resultantes da Reforma Agrária;

Ainda sobre os objetivos, propôs-se uma análise comparativa das políticas públicas propostas e as efetivadas no Assentamento Rural Vale Verde, com relação as liberdades instrumentais preconizadas por Amartya Sen o qual conduz sua abordagem para a perspectiva do desenvolvimento concebido como um processo de expansão das liberdades

reais de que as pessoas gozam. Assim, o alargamento da liberdade é simultaneamente o fim primeiro e o principal meio de desenvolvimento. Frente aos objetivos propostos e aos resultados alcançados, conclui-se que existe uma aplicação das políticas públicas no PA Vale Verde no município de Gurupi na medida em que a maioria dos programas propostos, são executados.

Contudo, para que se possa verificar se realmente está ocorrendo o desenvolvimento regional, sugere-se um alargamento dos estudos nos outros 33 assentamentos rurais da região, examinando como estão acontecendo o seu desenvolvimento, as políticas públicas, fazendo um quadro comparativo entre os referidos assentamentos sem perder de vistas a abordagem das liberdades instrumentais preconizadas por Amartya Sen.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Tânia. **Experiência concreta de mediação de conflitos agrários**. In Agricultura, Instituições e Desenvolvimento Sustentável: luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Antônio Buainain (coord.) et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton Luiz. (Org). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. 2ª Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

CARVELLI, Cláudia da Luz; ALMEIDA, Aline Thainá da Silva. **Relatório Técnico 657- R486 a Contabilidade como ferramenta gerencial em pequenas propriedades rurais: Projeto de Assentamento Vale Verde em Gurupi - Tocantins**. Centro Universitário UnirG, Gurupi -Tocantins, 2011.

CARVELLI, Cláudia da Luz; RIBEIRO, Cláudia Souza. **Relatório Técnico 657 – R484 a – A Análise Econômica do PA Vale Verde em Gurupi com relação à aplicação do fomento PRONAF**. Centro Universitário UnirG, Gurupi – Tocantins, 2011.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5 ed. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. 4 reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). **PDA Plano de Desenvolvimento do Assentamento Vale Verde**. Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins. 2004.

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). **Projetos e Programas**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=6&Itemid=59. Acesso em: 19 de nov. 2011.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **Movimentos Sociais no campo, luta por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX**. In *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil*. Miguel Carter (org.), tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MELO, Marllós Peres de; RICCI, Luís Eduardo. **Relatório Técnico 657 – R 501 Contribuições do Programa Compra Direta da CONAB nas famílias do Assentamento Vale Verde de Gurupi-TO, em relação ao empreendimento solidário**. Centro Universitário UnirG. Gurupi-TO, 2011.

MILHOMEM, Ceila Mendonça; ALENCAR, Pabyanne Machado. **Relatório Técnico 657 – R 382 - Pluriatividade Rural: uma análise das atividades desempenhadas pelos agricultores do assentamento Vale Verde localizado próximo à cidade de Gurupi**. Centro Universitário UnirG. Gurupi-TO, 2010.

MONTE, Paulo Aguiar do; PEREIRA, Ana Elizabete da Silva. **Um estudo regional dos determinantes da geração de renda e construção da cidadania nos Projetos de Assentamentos**. RESR, Piracicaba, SP, vol. 04, p. 1023-1040, out/dez 2009 – Impressa em dezembro 2009.

OLIVEIRA, A. U. de. **A geografia das lutas nos campos**. São Paulo: Editora Contextos, 2001.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnica**./ Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza ... (et al.) – São Paulo, 1999.

ROMÃO, Maurício Costa. **Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil.** IN Distribuição de renda no Brasil (organização). José Márcio Camargo, Fábio Giambiagi). Rio de Janeiro: PAZ E TERRA, 2000.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Desenvolvimento. **Indicadores Sócioeconômicos do Tocantins.** Disponível em: <http://www.seplan.to.gov.br/seplan/br/>. Acesso em: 10 de jul. 2011.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Desenvolvimento. **Plano Plurianual do Estado do Tocantins.** Disponível em: <http://www.seplan.to.gov>. Acesso em: 18 de nov. 2011.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Desenvolvimento. **Plano Plurianual 2008 – 2011 Lei 2.436.** Disponível em: <http://www.seplan.to.gov>. Acesso em: 18 de nov. 2011.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Desenvolvimento. **Propostas e Programas Temáticos.** Disponível em: <http://www.seplan.to.gov>. Acesso em: 18 de nov. 2011.

Recebido em: 04/02/2016
Aprovado em: 06/07/2016